

O DESENVOLVIMENTISMO E A IMIGRAÇÃO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1950

Márcia Regina Castro Barroso¹ (UNIGRANRIO)

Resumo

A imigração no Brasil se deu de forma complexa onde diferentes nacionalidades participaram ativamente do nosso processo histórico. Visando contribuir na análise desse processo empreendemos uma pesquisa que buscou evidenciar as visões institucionais e as representações sociais amplamente difundidas durante a década de 1950 sobre a imigração no Brasil em um período fortemente marcado pelo desenvolvimentismo. A pesquisa contou com ampla análise documental e bibliográfica e fornece ricas informações em relação à imigração e sua relação com o mundo do trabalho nacional durante o período desenvolvimentista.

Palavras-chaves: Imigração; OIT; Desenvolvimentismo.

DEVELOPMENTALISM AND IMMIGRATION IN BRAZIL IN THE 1950S

Abstract

Immigration in Brazil took place in a complex way where different nationalities actively participated in our historical process. In order to contribute to the analysis of this process, we undertook research that sought to highlight the institutional views and social representations widely disseminated during the 1950s about immigration in Brazil, in a period strongly marked by developmentalism. The research relied on extensive documentary and bibliographic analysis and provides rich information in relation to immigration and its relationship with the national world of work during the developmental period.

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes (PPGHCA) da UNIGRANRIO, Pós-doutorado em Sociologia (Faperj/PPGSA/IFCS/UFRJ), Doutorado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-IFCS-UFRJ), Mestrado em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF), Historiadora (UFF), Cientista Social (UFRJ) e Psicóloga Clínica (CRP:05/73483). E-mail: marcia.barroso@unigranrio.edu.br

Keywords: Immigration; ILO; Developmentalism.

Introdução

O fenômeno da imigração, embora seja complexo e diversificado, de certo, tem uma relação muito estreita com a temática do trabalho. Ser um imigrante é, sobretudo, estar à procura de melhores condições de vida, se inserindo em uma nova realidade social. Entretanto, tal inserção possui significados diversos de acordo com o contexto sócio-histórico engendrado.

Um autor que abordou de forma bem interessante esta temática foi Georg Simmel. No capítulo intitulado “Estrangeiro”, o autor considera a questão do imigrante como uma questão relacional, uma construção estabelecida a partir de um conjunto de relações sociais específicas em que os sujeitos se veem a partir de processos distintos de estranhamento. Ele é estrangeiro pois um grupo o coloca numa situação de estranhamento, entretanto, ao mesmo tempo, ele é membro e participante (Simmel, 2005).

O processo imigratório brasileiro tem se dado de forma complexa onde diferentes nacionalidades participaram ativamente ao longo da nossa história. Geralmente, entre os pesquisadores, este processo se divide em quatro períodos fundamentais: o primeiro, chamado de “grande imigração”, iniciou-se em 1870 e teve como característica fundamental o fato de ser subsidiada para a lavoura de café e para a colonização de pequenas propriedades; o segundo período compreende os anos de 1906 a 1914, quando houve o aumento de imigrantes portugueses e espanhóis, além do início da imigração japonesa; o terceiro período, de 1918 a 1945, teve como característica a retomada da imigração portuguesa e pelo aumento de outros grupos; e o último período, para os historiadores, teve início após o final da Segunda Guerra Mundial e se perpetua até os dias atuais. Entretanto, mesmo sendo a mais longa fase dentre os quatro períodos citados, esta última continua ainda sendo pouco estudada (Oliveira, 2006).

Debruçando sobre o início do século XX é possível perceber que o tema da imigração tem sido associado às questões da formação da nação brasileira, principalmente em relação as décadas de 1930 e 1940 (Schulze, 2014). Nessa época, intelectuais e figuras públicas pensavam o tema associando-o à maneira como o Brasil poderia aproveitar a imigração o máximo possível e como a assimilação dos imigrantes à sociedade brasileira poderia ser feita. Entretanto, é possível constatar a existência de poucas pesquisas que apontem o papel do imigrante no contexto social brasileiro durante a década de 1950, como se a imigração estivesse, de fato, findada em período anterior.

Nesse sentido este artigo busca evidenciar as visões institucionais e as representações sociais amplamente difundidas sobre esse processo durante a década de 1950. Do ponto de vista do aparato estatal, a primeira grande ação a ser destacada se refere à criação, ainda no governo Getúlio Vargas, do Instituto Nacional de Imigração e Colonização² em 1954 como uma autarquia federal com o objetivo centralizar as ações em torno da política imigrante, tais como: orientar e promover a entrada, a distribuição e a fixação de imigrante; executar o programa nacional de imigração, dentre outros.

A pesquisa³ contou com a análise de documentos emitidos pelos representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na década de 1950 no Brasil. Tais documentos contam com diversas informações a respeito das visões e das representações institucionais sobre o tema. Sob a forma de relatórios mensais, foram analisados todos os documentos emitidos pela OIT no Brasil à sede em Genebra de janeiro de 1951 a dezembro de 1959. O tópico sobre a imigração se mostrou como o mais rico e fértil em informações e nesse trabalho são apresentados os seus aspectos principais. Além desse material foram utilizadas informações do jornal “Correio da Manhã”⁴, uma publicação do

² O Instituto Nacional de Imigração e Colonização foi criado pela lei Nº 2.163, de 05 de janeiro de 1954.

³ Pesquisa realizada em março de 2015 no arquivo sede da OIT em Genebra, durante o estágio de doutorado no exterior.

⁴ O jornal Correio da Manhã foi um jornal matutino diário, editado na cidade do Rio de Janeiro de 1901 a 1974, e encerrando suas atividades por ter sido um forte opositor ao regime militar.

Rio de Janeiro, durante a mesma década, onde destaca-se as representações simbólicas sobre os imigrantes contidas nesse veículo de informação⁵.

Primeiramente, o artigo traça um panorama histórico identificando as principais correntes de pensamento do período. A seguir são apresentados os resultados da pesquisa realizada, destacando tanto as ações e as representações sociais forjadas a respeito do imigrante no âmbito brasileiro, quanto sua relação com o período desenvolvimentista.

1- A década de 1950

Quando se pensa na década de 1950, logo vem à mente um período profundamente marcado por grandes transformações, tanto no plano político e econômico, quanto no social. O mundo pós-guerra vivenciou um intenso período de reestruturação e, em todos os âmbitos, ocorreu um realinhamento nas esferas institucionais e diplomáticas. Com o cenário internacional cada vez mais polarizado, a Organização das Nações Unidas (ONU) acabou por se constituir, progressivamente, como uma organização primordial nos arranjos diplomáticos.

O Brasil, por sua vez, se insere nesse contexto com uma experiência ímpar. Alguns historiadores, como Jorge Ferreira (2010), denominaram o período de 1946 a 1964 como um momento de “experiência democrática”. Segundo o autor, as imagens negativas que visam desmerecer o que ele considerou como *democrático* acabam por encobrir a atuação política dos atores sociais de então, marginalizando vivências e experiências de trabalhadores em seus sindicatos, empresários em suas associações, estudantes em seus órgãos de representação e os diversos outros segmentos sociais.

O fortalecimento de partidos políticos, a participação dos trabalhadores em movimentos grevistas, sindicais e políticos, o aumento vertiginoso de lançamentos e publicações de títulos de jornais e revistas, assim como a participação ativa de intelectuais brasileiros, no que concerne a projetos de desenvolvimento, seriam, segundo o autor, algumas das indicações necessárias

⁵ Ver: <<https://bndigital.bn.gov.br/>>

para considerarmos o período como democrático.⁶ Cabe ressaltar também que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) deixou de poder exercer suas atividades políticas (foi “cassado”) em 1948. Sendo assim, embora o pressuposto inicial tenha mostrado que a década de 1950 poderia ser considerada como democrática, do ponto de vista da liberdade política, essa democracia sofreu significativas restrições.

Com um total de quatro presidentes – Eurico Gaspar Dutra (no final do seu governo), Getúlio Vargas, Café Filho e Juscelino Kubitschek – e com uma vasta ampliação da participação política dos trabalhadores, a década de 1950 ainda merece uma atenção maior por parte dos pesquisadores, principalmente por apresentar uma série de temas ainda não aprofundados. Comumente classificado como um período nacional-desenvolvimentista, a década de 1950 representou tanto continuidades quanto mudanças significativas no cenário brasileiro.

No plano econômico, os processos de industrialização e urbanização acelerados, que já estavam presentes desde a República Velha, ganham um novo fôlego e trazem consigo diversas alterações. Nesse período de desenvolvimentismo, Brasil e América Latina tiveram uma identificação não somente com a ampliação do processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico, mas também com a democracia e com o planejamento (Lacombe, 2008).

Um conceito se torna fundamental para o entendimento desse período: a ideia de *desenvolvimento planejado*. Já com o Governo Vargas esse aspecto se tornou nodal, como é possível observar em seu programa de governo enviado ao Congresso em março de 1951, onde propunha-se a expansão industrial, o aumento da intervenção do Estado na economia, bem como o crescimento da produção de bens de consumo, o alargamento do mercado interno e a elevação da renda nacional. Com a ação planejada foram criados vários novos órgãos estratégicos como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC),

⁶ Entretanto, vale ressaltar, como bem nos aponta Marly Rodrigues (2003), que os marcos cronológicos da “experiência democrática” se referem justamente a dois golpes políticos: o primeiro, que depôs Vargas – após um período de 15 anos que se mantivera no poder - e o segundo, quando se voltou contra João Goulart, seu herdeiro político (RODRIGUES, 2003).

encarregado do incentivo aos pequenos e médios produtores agrícolas, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), encarregado de formular e executar uma política nacional de desenvolvimento econômico. Vários outros órgãos foram criados, como a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia e o Conselho Nacional de Política Agrária. Entretanto, o projeto de maior repercussão foi a criação da Petrobrás e da Eletrobrás (Rodrigues, 2003).

A produção intelectual desse período teve como epicentro a elaboração de projetos em torno de ideias nacionais desenvolvimentistas. Os anos 1950 tiveram como aspecto singular a sua capacidade de sintetizar os aspectos de nossa formação e, ao mesmo tempo, vislumbrar um futuro relacionado à uma nação industrial, urbana e moderna.

Dentre os vários projetos delineados é possível citar os defendidos pelo PCB, os do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) – este órgão, vinculado à ONU – e os da Escola Superior de Guerra (ESG).

Para os nacionalistas, de um modo geral, o desenvolvimento independente do Brasil seria viabilizado pelo processo de industrialização comandado pela burguesia e por capitais nacionais. E isso, não somente no plano econômico, mas também no social e no cultural, com a promoção de uma cultura autenticamente nacional. Esse pensamento não é novo e, desde os anos 1930, os aspectos apontados já poderiam ser vislumbrados. Entretanto, durante a década de 1950 é reavivado e ganha um novo impulso.

O PCB, mesmo estando na ilegalidade e, embora tenha alterado profundamente sua atuação, a partir de 1958, durante a década de 1950a grosso modo, teve seu engajamento fortemente marcado no campo sindical. Progressivamente, o partido acabou por intensificar sua aliança com outros setores militantes do meio operário, especialmente o nacionalista e progressista do PTB (SANTANA, 2001). A partir de 1958, com seu novo programa, passou a defender a formação de uma “frente única” no sentido de questionar uma política de submissão à influência norte-americana, classificada como imperialista. A revolução, em especial, a partir de 1958 para o PCB, deveria, sobretudo, ser

anti-imperialista e democrática, com vistas a lutar por um desenvolvimento progressista e independente (Abreu, 2008).

Uma instituição que se destacou, por representar uma sistematização intelectual de um projeto nacional brasileiro, foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955 e vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Embora ocorressem divergências, de modo geral, as propostas baseavam-se na ideia de um desenvolvimento industrial autônomo e apoiado politicamente por uma burguesia nacional, pelos trabalhadores, por grupos de técnicos de administração e intelectuais, ou seja, por todos que estivessem dispostos a enfrentar os opositores da modernização industrial (Rodrigues, 2003).

Outra corrente de pensamento que se desenvolveu no interior do Estado foi a apresentada pela Escola Superior de Guerra (ESG). Fundada em 1949, elaborou propostas para o desenvolvimento brasileiro consideradas como favoráveis ao alinhamento do Brasil ao bloco político comandado pelos Estados Unidos. Ao analisar o Brasil sob a perspectiva geopolítica, emoldurada pelas ideias de segurança nacional, o pensamento difundido pela ESG influenciaria profundamente os pilares do regime militar instalado em 1964.

Amplo debate também se instaurou em torno da ideia de planejamento econômico, estando este conceito presente, sobretudo, nas diretrizes difundidas pelo Conselho Econômico para a América Latina (CEPAL), órgão criado em 1948 e ligado à ONU. Esta instituição objetivava desenvolver estudos e formular orientações para superação econômica dos países da América Latina. Para os cepalinos, a economia dos países subdesenvolvidos deveria ser considerada como dividida em dois setores fundamentais: o rural, que representava o estagnado e o atrasado, e o industrial, que era o moderno e o dinâmico. Para superar o atraso, era necessário estimular a industrialização, bem como alterar a estrutura econômica, como por exemplo, desenvolver a reforma agrária (RODRIGUES, 2003).

A despeito de o ideário nacional-desenvolvimentista, notado também no governo Vargas, foi no período em que Juscelino Kubitschek (JK) governou que suas concepções atingiram o ápice. Já em sua campanha presidencial, podemos

encontrar uma “linguagem de desenvolvimento” especialmente nova, matizada por números, metas e estatísticas, fatos que, como comenta Vânia Losada Moreira (2013), não faziam parte do estilo político comumente praticado na época.

Para além de uma “linguagem de desenvolvimento”, de fato, o governo de Juscelino assumiu um programa de gestão cujo desenvolvimento econômico atingira seu auge, especialmente a partir do seu conhecido “Plano de Metas”. Visando a aprofundar o processo de industrialização, num plano mais amplo, o Plano de Metas se dividia em trinta itens distribuídos entre os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação (Moreira, 2013).

Com uma sustentação política e partidária baseando-se na aliança entre o Partido Social democrático (PSD), de Juscelino Kubitschek, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do vice-presidente João Goulart, o governo JK conseguiu uma articulação que o auxiliaria na viabilização de suas estratégias econômicas. Entretanto, o nível do crescimento econômico não veio acompanhado de conquistas no âmbito dos direitos sociais, políticos e econômicos da população nacional.

O mal-estar social poderia ser sentido nas ruas, em especial com o aumento do custo de vida e com as defasagens salariais. Isso, sem mencionar os desníveis de desenvolvimento regional que não foram superados, e podemos, inclusive, dizer que foram até ampliados nos anos 50 no que concerne à qualidade de vida e de trabalho da população do campo. Além disso, o muito criticado “subdesenvolvimento nacional” não foi, de fato, superado, permanecendo o país em grande zona de pobreza e de desigualdade social (MOREIRA, 2013).

A própria estrutura populacional nesse período se alterava, não somente em virtude do aumento populacional, mas, sobretudo, pela ampliação das correntes migratórias no sentido Norte-Nordeste para o Sul e Sudeste do país. Segundo Marly Rodrigues (2003), se em 1950, 36% dos brasileiros viviam nas cidades, dez anos depois o índice é de 45 %, correspondendo a 38,5 milhões de pessoas. Além desse processo migratório, a década de 1950 também vivenciou a entrada do Brasil na era do consumo de massa: supermercados passam a ser

instaurados (os primeiros datam de 1953, em São Paulo), a expansão do consumo via propaganda é fortalecida, e também há os avanços dos meios de comunicação de massa, como a imprensa, o rádio, a TV e o cinema.

A década de 1950, ao mesmo tempo que representou o auge do nacional-desenvolvimentismo no Brasil com a perspectiva de uma ação planejada do Estado, sinalizou a grande insatisfação por parte dos trabalhadores tendo em vista suas perdas salariais. Nesse contexto, entre o desenvolvimento planejado e a ineficiente eliminação das desigualdades sociais, este estudo busca discutir a questão imigratória no período.

2- Os imigrantes na década de 1950

Em um período pós-guerra onde notou-se um intenso processo de reconstrução social e econômico das nações, a reorganização das relações do trabalho passou, de certo, pelo viés da imigração. Diversas instituições internacionais, como a Organização Internacional dos Refugiados e a OIT estiveram envolvidas com a problemática. Ora sendo financiada pelos países envolvidos, ora pelo plano Marshall (EUA), as imigrações, de fato, tiveram um papel de destaque no plano sócio laboral durante a década de 1950.

Para além da questão humanitária, com a absorção dos refugiados nesse período⁷, outro aspecto fortemente presente nos relatórios analisados⁸, esteve relacionado ao argumento sobre a falta de mão de obra especializada nos países em desenvolvimento, em especial, no Brasil. Em março de 1950, o correspondente Affonso Bandeira de Mello já sinalizava que “a imigração estrangeira poderá preencher o formidável déficit de mão de obra existente no Brasil”.⁹

Trabalhadores imigrantes italianos, holandeses, japoneses, entre outras nacionalidades, são referenciados como mão de obra qualificada por possuírem

⁷ Segundo o relatório de setembro de 1950, a Organização Internacional de Refugiados, durante os últimos anos, transportou para o Brasil 22.000 refugiados de guerra e suas famílias. Esses trabalhadores tiveram lugar no sul do Brasil.

⁸ Relatórios dos correspondentes da OIT no Brasil no período de 1950 a 1959.

⁹ Ver relatório de março de 1950. Tradução livre da autora.

algum tipo de habilitação profissional, fosse agrícola ou industrial, e por trazerem, além do seu conhecimento, equipamentos, como tratores, arados, carroças, máquinas, fertilizantes, sementes e até gado de raças consideradas prestigiosas, como é o caso do gado holandês. Eram agricultores, mas também serralheiros, artesãos, eletricitas e técnicos em cerâmica. No início dos anos 1950, os trabalhadores imigrantes eram absorvidos principalmente nas indústrias, plantações de café e de algodão. Posteriormente, ocorre um complexificação desse processo, passando a estar presentes em várias iniciativas e sob diferentes formas de relação de trabalho.

Várias foram as visitas de representantes de governos estrangeiros que tinham como intuito analisar as zonas férteis do Brasil, de modo a proporcionar os locais mais adequados à imigração. Muitos prefeitos e governadores brasileiros também manifestaram o desejo de receber os imigrantes, facilitando a oferta de terras.¹⁰ As instâncias públicas doavam terras, destinavam créditos, financiavam parte das viagens, tudo isso com a intenção de suprir o uníssono coro da falta de mão de obra. Não somente o Brasil recebia visitas de representantes de outros países, como também enviava pessoas para estabelecer acordos no exterior. Podemos citar, como exemplo, a ida do Governador de São Paulo à Roma em dezembro de 1950 na companhia do Embaixador do Brasil para o estabelecimento de convênios de imigração com os italianos.¹¹

Grande parte desses imigrantes foram trabalhar em sistemas de cooperativas. Algumas destas tiveram um breve planejamento em relação à divisão das terras, como a colônia holandesa no Paraná, que se chamou de Castrolândia. O espaço ocupou, inicialmente, uma superfície de 6.000 hectares onde cada família recebeu de 35 a 200 hectares conforme cita o relatório de setembro de 1952:

Dentro do acordo assinado entre os governos brasileiros e holandeses, o governo brasileiro paga as passagens do transatlântico, e a metade do preço deverá ser, em tempo

¹⁰ Como na fala do governador do Paraná, presente no relatório de outubro de 1950.

¹¹ Ver relatório de dezembro de 1950.d

oportuno, reembolsado. Estes imigrantes trazem de suas colônias, 261 vacas holandesas, com pedigree, o material para a instalação de uma fábrica de queijo, tratores, jeeps, motores diesel e outros equipamentos agrícolas. Ainda trazem 20.000 quilos de sementes e 250 quilos de fertilizantes químicos.¹²

As impressões registradas nos relatórios sobre os imigrantes, em sua maioria quase absoluta, eram as mais positivas possíveis. Como exemplo, podemos citar a fala do diretor superintendente do Departamento de Imigração e Colonização do Estado de São Paulo, Dória de Vasconcellos:

A impressão geral das pessoas que observamos e sem prejuízos, dos refugiados chegados ao Brasil, é que são bons elementos sob os aspectos eugênicos, social, econômico e político, bem como eles possuem a mentalidade democrática comum à Europa Ocidental e às Américas.¹³

Para o representante da Sociedade Rural Brasileira, A. Junqueira Franco, os refugiados representam “bons trabalhadores”.¹⁴ Para o General Cezar Obino “somente a imigração intensiva e dirigida poderia solucionar os graves problemas brasileiros, que consiste[m] na falta de braços especializados para a indústria e a agricultura. Os refugiados, em sua maioria, são técnicos competentes.”¹⁵ Dentre outras falas, vale a pena citar a do Ministro Nilo Alvarenga, presidente do Conselho de Imigração e Colonização, feita ao jornal “Diário Carioca”, em maio de 1952:

Os centros coloniais do Estado do Paraná, especialmente, Guarapuava e Castrolândia, o primeiro de alemães e o segundo de holandeses, obtiveram um completo sucesso. Possuem um alto nível de organização, com o estabelecimento de condições de vida bem satisfatórias e elevada produtividade e alto rendimento das terras. Como consequência, existe nos centros um clima de harmonia e confiança, e todos os colonos estão seriamente preocupados em colaborar, a curto prazo, para a imediata produtividade agrícola e industrial e para a elevação do nível cultural e técnico das populações brasileiras.¹⁶

¹² Ver relatório de setembro de 1952, p.19. Texto original em francês, tradução livre da autora.

¹³ Ver relatório de março de 1951, p.11. Texto original em francês, tradução livre da autora.

¹⁴ Ver relatório de março de 1951.

¹⁵ Ver relatório de março de 1951, p.10.

¹⁶ Ver relatório de maio de 1952, p.09. Texto original em francês, tradução livre da autora.

Ainda sobre os holandeses, cabe ressaltar as impressões presentes no relatório de abril de 1954 (assinado por Péricles Monteiro). Neste documento, a imigração holandesa é exaltada por sua capacidade de empreendimento e realização, pelo seu ânimo de produzir e prosperar.¹⁷ Os imigrantes são referenciados como os trabalhadores capazes de proporcionarem o aumento da produtividade. Nestes dois trechos do Jornal “Correio da Manhã” -RJ, percebemos bem esse aspecto:

A vinda de imigrantes europeus, principalmente provenientes da Europa Central e Mediterrânea, terão uma influência benéfica e decisiva, não só no adensamento demográfico, como também e principalmente abrindo novos rumos à agricultura e à indústria. (Jornal “Correio da Manhã”, Rio de Janeiro, 19 de março de 1950, p.1 – autor não mencionado)

Com a imigração não aceleramos apenas o crescimento vegetativo do país. Através de melhores contingentes humanos poderemos alcançar o aperfeiçoamento técnico do trabalhador rural brasileiro que só modificará seus hábitos de cultura da terra se posto a labutar ao lado de melhores agricultores. (Jornal “Correio da Manhã”, Rio de Janeiro, 05 de abril de 1956, p.6 – autor não mencionado)

Alguns acordos foram estabelecidos para viabilizar o processo de imigração e as despesas eram compartilhadas entre governos e instituições. Em junho de 1950, por exemplo, foi assinado um acordo de imigração entre o governo italiano e o brasileiro (Decreto nº 49 de 1950). Segundo citam os relatórios, o Plano Marshall destinou 5 milhões de dólares para a imigração italiana no Brasil¹⁸ e o governo brasileiro, 300 milhões de cruzeiros¹⁹. Outros exemplos de acordos estabelecidos sobre o tema da imigração foram encontrados em alguns relatórios que foram analisados para o engrandecimento deste artigo, sendo estes:

¹⁷ Ver relatório de abril de 1954.

¹⁸ Ver relatório de junho de 1950.

¹⁹ Ver relatório de setembro de 1950.

- Acordo de imigração assinado entre o Brasil e os Países Baixos – cujas negociações começaram em 1947 – 1950;²⁰
- Acordo entre o Brasil e a Organização Internacional dos refugiados sobre os refugiados de guerra – 1951;²¹
- Acordo de imigração assinado entre o Brasil e a Suíça – 1951;²²
- Acordo entre as autoridades japonesas e o Governador do Estado do Amazonas para colonização da região – 1951;²³
- Governo de São Paulo faz acordo com a Organização Social PIO XII para trazer ao Brasil 1.200 jovens italianos entre 16 e 18 anos – 1951;²⁴
- Tratado de imigração entre Brasil e Portugal – 1951;²⁵
- Acordo entre o governo do Estado de São Paulo e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização para o recebimento de verba para os serviços de recepção, desembarque, habitação e deslocamento de imigrantes, assim como dos migrantes nacionais no estado de São Paulo – 1955.²⁶

Segundo os relatórios, os portos que mais receberam imigrantes foram os de Santos (60%), Rio de Janeiro (36%) e Belém (2%).²⁷ Foi realizado um levantamento sobre as nacionalidades citadas que chegaram aos referidos portos na década de 1950 como imigrantes, sendo estas: portugueses, italianos, japoneses, holandeses, alemães, suíços, gregos, eslavos, romenos, estônios, húngaros, iugoslavos, tchecos, búlgaros, austríacos, libaneses, israelitas. Várias cidades, estados e regiões acolheram essa população sendo estas: Baixada Fluminense (RJ), Ilha de Itaparica (BA), Nova Friburgo (RJ), Macaé (RJ), Parati (RJ), Patos (MG), Santarém (PA), Porto Alegre (RS), Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Pará, Piauí.

²⁰ Ver relatório de janeiro de 1951.

²¹ Ver relatório de março de 1951.

²² Ver relatório de agosto de 1951.

²³ Ver relatório de setembro de 1951.

²⁴ Ver relatório de outubro de 1951.

²⁵ Ver relatório de novembro de 1951.

²⁶ Ver relatório de maio de 1955.

²⁷ Ver relatório de julho de 1956.

A imigração japonesa desse período teve algumas características singulares, pois seu planejamento visava a culturas agrícolas específicas. Nesse sentido, os japoneses que foram para a região sul do Brasil se dedicaram à produção de hortaliças e cereais, e os da região amazônica, às plantações de juta. A imigração nesta última região contou com um grande investimento, tendo várias instituições envolvidas. Em 1952 foi criada a Companhia de Colonização nipônica na Amazônia com um capital inicial de Cr\$ 8.000.000,00. Os acordos políticos foram realizados pelo governo federal e pelo estado do Pará com o governo japonês dentro do plano de proteção da juta na região amazônica. O capital dessa companhia foi obtido pelo Banco de Crédito da Amazônia, Associação Comercial de Belém, Capitalistas de Santarém, e pelo Instituto da Amazônia.²⁸

Dentro de toda essa estrutura e política migratória foram criadas várias organizações e instituições, tanto públicas quanto privadas. Foi o caso da Companhia Brasileira de Imigração Italiana e da Associação dos Empregadores dos Imigrantes Italianos do Rio de Janeiro. Esta última possuía o objetivo de encaminhar e proteger os italianos que chegavam no Rio de Janeiro.²⁹ Entretanto, o órgão que exerceu a maior influência nessa política foi o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, criado em 1953 como uma autarquia federal com o objetivo de promover a seleção, a entrada, a distribuição e a fixação dos imigrantes em território brasileiro.³⁰

Algumas organizações contribuíram para a viabilização da vinda desses imigrantes. Nos documentos, tiveram destaque: “Cáritas Internacional”, “*Provisional International Comitee of Moviments for Migrants from Europe*”, “Comitê Intergovernamental para as migrações europeias” e a “*Catholic Relief Service*”.

A partir de 1954 ocorre uma sensível alteração nos discursos apresentados nos relatórios. Os imigrantes continuam sendo exaltados para trabalharem na atividade agrícola. Entretanto, acompanhando o processo

²⁸ Ver relatório de setembro de 1952.

²⁹ Ver relatório de maio de 1951.

³⁰ Ver relatório de janeiro de 1953.

histórico de industrialização, mais uma vez os imigrantes são vistos como os solucionadores do problema da “falta” de mão de obra” – agora para as indústrias. Vale a pena destacar o trecho do relatório de dezembro de 1954, assinado por Péricles Monteiro³¹, sobre o assunto:

É digno de nota que se verifica nos últimos movimentos migratórios uma sensível diminuição do número de trabalhadores agrícolas que dão lugar a operários especializados para as usinas, o que, evidentemente, vem atender à evolução do nosso país, carecedor de número cada vez maior de mão de obra especializada para atender ao ritmo acelerado da industrialização nacional. É para se considerar, contudo, que também do agricultor capacitado continuamos precisando, para enfrentar as novas condições de uma produção que tem que enfrentar a concorrência estrangeira.³²

A imigração foi citada como estando “incontestavelmente” na ordem do dia dos problemas nacionais, sendo vista como a melhor solução para o aumento da produtividade, também industrial. Em abril de 1955, Péricles Monteiro comenta:

Com efeito, a velha crença de que só precisamos de braços para a lavoura vai sofrendo profunda mutação ante o prodigioso surto de industrialização do país nos últimos anos, já não sendo suficientes os esforços desenvolvidos pelo SENAI para formar equipes de operários especializados em número cada vez maior.³³

O processo de aumento da industrialização ocorrendo de forma concomitante com a progressiva redução dos fluxos imigratórios, durante a década de 1950, ocasionou uma certa preocupação das autoridades brasileiras. O diretor da OIT, em 1956, justifica tal inquietude: “por conta de uma grande necessidade de trabalhadores e técnicos especializados para a agricultura e a indústria”³⁴. Ainda no mesmo documento é destacado que, segundo estudos do Instituto Nacional de Imigração e de Colonização, o Brasil teria a necessidade

³¹ Primeiro Diretor do escritório da OIT estabelecido no Brasil.

³² Ver relatório de dezembro de 1954, p.10. Texto original em francês, tradução livre da autora.

³³ Ver relatório de abril de 1955, p.08. Texto original em francês, tradução livre da autora.

³⁴ Ver relatório de setembro de 1956. P. 9. Texto original em francês, tradução livre da autora.

de 33 categorias profissionais.³⁵ E, em 1958, foram encontrados registrados apelos para que se tenham mais imigrantes para trabalhar na indústria automobilística.³⁶

A partir do ano de 1957 começa a ser citado nos documentos um novo tipo de imigração, a chamada de “imigração triangular”. Sendo proposto pelos Estados Unidos (e já sendo adotado na Argentina), o plano definia o Brasil como receptor de imigrantes da Europa – especialmente húngaros e italianos – e os Estados Unidos seria o país financiador, uma espécie de intermediário. Segundo consta nos documentos, foram inicialmente despendidos, na imigração triangular, 15 milhões de dólares para a colonização nos países latino-americanos.³⁷

O argumento mais forte presente tanto nos relatórios analisados, quanto nos artigos do Correio da Manhã, se refere à questão da falta de mão de obra qualificada no Brasil. A seguir é possível perceber tal aspecto ao ser comentada a questão da imigração triangular, no caso, a italiana:

Ao mesmo tempo que se expande a economia brasileira, falta-lhe, como é natural, por toda parte, a mão de obra. As cidades sugam a mão de obra dos campos. Estes ficam sem braços para as lavouras, e aquelas recebem continuamente o afluxo do trabalho não qualificado. Daí resulta uma fome brasileira de imigrantes. Não uma necessidade teórica e indefinida. Mas uma fome aguda, dramática, imperiosa.

(...) Devemos, portanto, passar às negociações triangulares, conceber o problema da imigração como um interesse tríplice: italiano, brasileiro e norte-americano. (...) Os Estados-Unidos, ou as Organizações Internacionais, poderão ministrar o crédito para a imigração, a exemplo do que fez a Organização Internacional do Refugiados, dando assim viabilidade e grandes proporções ao empreendimento. (Jornal “Correio da Manhã”, Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 1950, p.4 – autor não mencionado)

Entretanto, a despeito de os documentos analisados apresentarem uma visão muito positiva do processo migratório, este não deixou de apresentar problemas. Várias foram as informações noticiadas a respeito do retorno e

³⁵ Ver relatório de setembro de 1956.

³⁶ Ver relatório de novembro de 1958.

³⁷ Ver relatórios de fevereiro e março de 1957.

repatriação de imigrantes italianos,³⁸ bem como o desejo manifesto de húngaros de deixar o Brasil³⁹. Também foram relatados problemas em relação à alocação dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, a desorganização do Brasil na sua recepção e também as dificuldades para a fixação dos trabalhadores na Amazônia.

Ao perceber o uníssono discurso sobre a falta de mão de obra presente em vários relatórios, como mencionado várias vezes neste artigo, fica impossível questionar: onde estão os trabalhadores brasileiros? Como são percebidos os nacionais em relação a esse movimento migratório? Os relatórios falam dos trabalhadores brasileiros, muito embora de forma absurdamente desproporcional – a imigração estrangeira possui uma ênfase extraordinária, com minuciosos dados expostos anteriormente de forma sumária.

O repetido discurso sobre a “ausência” de mão de obra traduz simbolicamente as visões das instituições sobre o trabalhador brasileiro: sem técnica, sem formação, sem o preparo necessário para atender às necessidades de um mercado de trabalho cada vez mais sofisticado. Tudo parece ser de caráter urgente. A vinda de imigrantes para o Brasil é vista como a melhor solução para a questão da formação profissional. Ainda que sejam citadas as iniciativas do SENAI e do SENAC, todas estas parecem não dar conta do processo de crescimento brasileiro. O discurso se torna paradoxal a partir do momento que também são constatados os processos de transmigração de trabalhadores no Brasil. O relatório de 1951 cita que o movimento migratório de nordestinos para São Paulo tomou as proporções de “calamidade pública”.⁴⁰ Em abril de 1951, comenta-se que nos últimos dois anos 200.000 brasileiros deixaram seus estados para se estabelecer em São Paulo, número absurdamente maior do que o de imigrantes estrangeiros – 23.000.⁴¹

Fugindo das secas ou à procura de melhores condições de vida e de trabalho, os migrantes nacionais são vistos, com frequência, como um

³⁸ Ver relatório de janeiro de 1953.

³⁹ Ver relatório de fevereiro de 1958.

⁴⁰ Ver relatório de março de 1951.

⁴¹ Ver relatório de abril de 1951.

“problema” a ser enfrentado. No relatório de novembro de 1957, esse aspecto é explicitado:

O governo se ocupa também dos movimentos migratórios internos, aqueles sendo desordenados causam graves desajustamentos sociais. Nesse sentido, estão procurando estabelecer normas que visem evitar o afluxo de famílias nordestinas e de outras regiões pouco desenvolvidas para as grandes cidades, um movimento em São Paulo dirigido por autoridades e entidades particulares, a fim de promover meios para fixar o homem à terra, evitando os grandes inconvenientes de movimento desordenado, especialmente em certas épocas do ano, como ponto de partida o nordeste e reflete nos centros urbanos, ainda o problema do menor necessitado das grandes cidades.⁴²

A questão da transmigração dos trabalhadores brasileiros está diretamente associada à questão rural, sobre a fixação do homem no campo. Vistos constantemente nos documentos como uma dificuldade a ser encarada, e não como uma força de trabalho disponível, são citadas, inclusive, algumas preocupações do poder público para conter este afluxo de pessoas.

Considerações Finais

Este artigo buscou expor os resultados da pesquisa referente à questão imigratória durante a década de 1950. Traçou-se um grande panorama a partir do material analisado, identificando as principais concepções simbólicas a respeito deste grupo populacional. A partir dessas visões foram criadas expectativas relacionadas ao que deveria ser considerado como um “bom trabalhador” para o período. Analisar o imigrante no Brasil do período significa inseri-lo em um contexto em que o desenvolvimento econômico se torna de fundamental importância. Aumentar a produtividade é a palavra de ordem e o trabalhador imigrante é exaltado como a melhor opção de investimento para o país.

Ao mesmo tempo em que esse trabalhador é percebido como algo que está, em um primeiro momento distante de nossa realidade nacional, em um

⁴² Ver relatório de novembro de 1957, p.14. Texto original em francês, tradução livre da autora.

segundo ele é perfeitamente adequado, segundo o pensamento da época. Para o país ser moderno, desenvolvido e produtivo, é necessário ter “bons trabalhadores” com todos os atributos que foram elencados anteriormente, segundo a visão do período. Diante disso os imigrantes representaram, durante a década de 1950, uma forte alternativa para a efetivação desse projeto.

Espera-se que esse artigo possa dar uma contribuição aos estudos imigratórios, bem como ao pensamento social e político brasileiro.

Referências:

ABREU, Alzira Alves de. (2008). “Revisitando os anos 1950 através da imprensa”. In: BOTELHO, André, BÔAS; Glaucia Villas (orgs.). **O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks.

FERREIRA, Jorge. (2010). “1946-1964: a experiência democrática no Brasil”. In: **Revista Tempo**, vol.14, no.28, Niterói, junho, pp.11-18.

LACOMBE, Marcelo Santos Masset. (2008). “A vida como ela é...: moralidade e cotidiano da década de 1950”. In: BOTELHO, André; BÔAS, Glaucia Villas (orgs.). **O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks.

LUCA, Tânia Regina de. (2014). “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. (2013). “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO; Lucília A. Neves (orgs.). **Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 155-194.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. (2006). **Nós e Eles – Relações Culturais entre brasileiros e imigrantes**. Rio de Janeiro: FGV Editora.

RODRIGUES, Marly. (2003). **Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil**. São Paulo: Ática.

SANTANA, Marco Aurélio. (2001). **Homens partidos**. São Paulo: Boitempo editorial.

SCHULZE, Frederik. (2014). “A constituição global da nação brasileira: questões de imigração nos anos 1930 e 1940”. In: **Hist. cienc. saúde-Manguinhos** [online], vol.21, n.1, pp.237-246.

SIMMEL, Georg. (2005). "O Estrangeiro". **RBSE**, vol. 4. nº12, dezembro, pp.265-271.